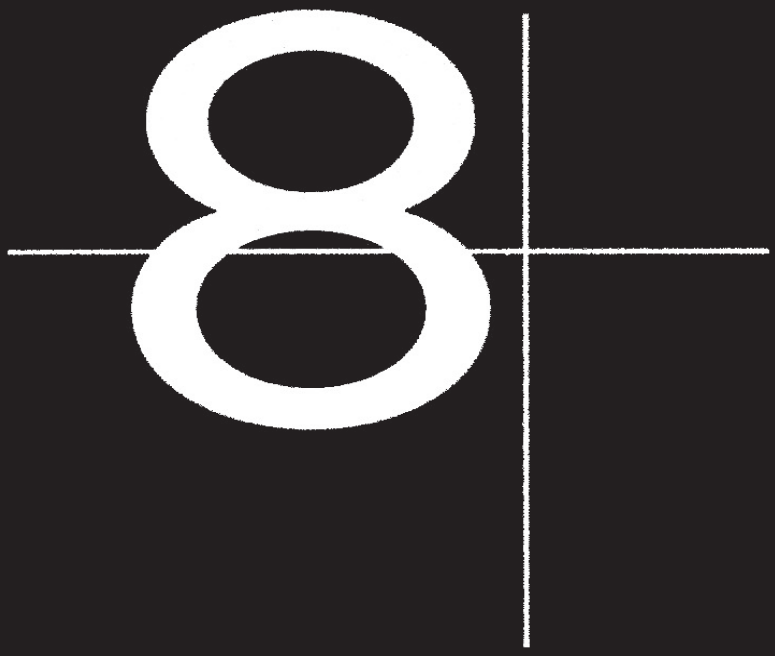
MARILENA CHAUI

Em torno da universidade de resultados e de serviços



Em março de 1994, a Comissão de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas realizou um colóquio internacional sobre a situação das pesquisas nas áreas de humanidades e ciências sociais. Os debates fizeram vir à tona alguns temas principais de preocupação e, destes, os mais constantes foram:

MARILENA CHAUÍ é professora do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e autora de, entre outros, *Introdução à História da Filosofia* (Brasiliense).

1. a necessidade de enfatizar a diferença entre o caráter público e privado das pesquisas;

2. a compreensão de que a privatização da universidade deve ser entendida não apenas como equivalente à origem privada dos financiamentos para pesquisas, mas sobretudo como determinação privada de critérios, objetivos, procedimentos, resultados, prazos e utilização das pesquisas;

3. a exigência de compreender as formas de relação das humanidades e ciências sociais com novas tecnologias, entendidas estas últimas não como ciência aplicada, mas como determinantes da definição e delimitação dos próprios objetos de pesquisa;

4. crítica do peso das estruturas administrativas e burocráticas sobre a docência e a pesquisa, submetendo-as a uma lógica que lhes é contrária e que as impede de realizarem-se plenamente e sobretudo levando a uma distorção que conduz a substituir as atividades-fim da universidade pelos problemas empíricos de gestão de pessoal e de recursos;

5. crítica da identificação corrente entre democratização da universidade e banalização dos conhecimentos, conduzindo à idéia de desvincular universidade (ensino) e centros/institutos de pesquisa, tomando como critério da "excelência" destes últimos sua capacidade para competir no mercado intelectual, que decidirá quais os melhores e quais os piores (durante o colóquio, Francisco de Oliveira designou esse fenômeno com o nome de "universidade de resultados");

6. percepção, no campo das pesquisas, do esgotamento histórico não só de algumas disciplinas e áreas, mas de suas próprias teorias, pressupostos e finalidades, de sorte que, em lugar das humanidades e das ciências sociais como produtoras e reprodutoras de ideologias, tem-se a desaparição da própria necessidade social e política do campo inteiro das Humanas. A inessencialidade atribuída às Humanas transparece na maneira ingênua como procuram enfrentar a fragmentação do ensino e da pesquisa, fragmentação imposta pelo capitalismo contemporâneo: acreditam, por um lado, que procedimentos de interdisciplinaridade poderiam corrigir e vencer a dispersão dos conhecimentos, como se se tratasse de uma dispersão acadêmica; e, por outro lado, acreditam que financiamentos privados poderiam trazer recursos para suplementar a carência material em que a universidade as lançou.

Sob certos aspectos, as Humanas parecem encontrar-se na mesma situação que o professor de literatura e história em *A Lista de Schindler.*

Para evitar o isolamento e o encarceramento total no gueto, primeiro, e a morte no campo de concentração, depois, um judeu poderia salvar-se se considerado um trabalhador essencial para o esforço de guerra nazista. A sorte de cada um era decidida por sua inclusão ou exclusão na lista de Schindler, isto é, na lista dos operários para a indústria de panelas, destinadas ao exército. Chegando à mesa de inscrição, uma das personagens apresenta-se, dizendo altaneira: "Sou um trabalhador essencial". Indagação do soldado nazista: "Qual sua profissão?" Resposta: "Professor de história e de literatura". Risos do soldado, que indica ao professor o caminho dos excluídos rumo ao encarceramento dos inessenciais. Perplexo, o professor reage: "Mas, o que pode ser mais essencial do que a história e a literatura?"

Esta cena é exemplar. Em primeiro lugar, evidentemente, por sua dimensão patética: o professor de história e de literatura não percebeu o que se passa à sua volta. Em segundo lugar, por seu caráter simbólico: o professor não compreende que um mundo no qual história e literatura são essenciais é um mundo terminado com o advento da barbárie nazista. Em terceiro lugar, por sua natureza quase profética: terminava ali o ideal e a ilusão de uma razão não instrumental.

Aparentemente, apenas as Humanas encontrar-se-iam em tal situação de inessencialidade. Se, todavia, considerarmos o que a forma atual do modo de produção capitalista espera da produção de conhecimentos, teremos que admitir que toda a universidade está à beira de não mais existir como centro de formação (pela docência) e de invenção de saber (pela pesquisa), cumprindo a função pública de democratização da cultura.

Esse processo, que, sem dúvida, inicia-se na década de 1964-74, encontra-se consolidado em 1984, quando já está implantado o projeto universitário da ditadura ou do "milagre brasileiro", isto é, o desmantelamento do ensino público de primeiro e segundo graus (com a ampliação da rede de escolas privadas, que dominam o Conselho Federal de Educação) e a reformulação curricular (surgimento das licenciaturas curtas em ciências, ciências sociais e letras; a exclusão da filosofia no segundo grau; a criação de cursos profissionalizantes; a introdução do ensino por testes de escolha múltipla, etc.), que, a um só tempo, fez encolher o campo de atuação dos formados pelas universidades públicas, escolarizou a graduação universitária, localizando o verdadeiro vestibular na pós-graduação, fez diminuir o direito de acesso à universidade pública para as camadas mais pobres da sociedade, e, Brasil afora, permitiu que "coronéis" regionais criassem universidades federais como signos de prestí-

gio e poder, e cabides de emprego para a parentela e clientela.

Sabemos também que o projeto ditatorial, reduzindo verbas e recursos das universidades públicas, mantendo quase fixo o quadro docente e ampliando o número de vagas para estudantes, forçou três perversidades: a queda do trabalho universitário de docência na mera escolarização, como preço da massificação; a instrumentalização da universidade para manter o apoio da classe média ao regime político, satisfazendo-a em seu desejo de ascensão social, sem oferecer à universidade condições adequadas de funcionamento; e a ampliação do corpo discente oriundo das escolas privadas, de melhor desempenho do que as públicas.

Finalmente, na medida em que os planos econômicos orientavam as demandas do mercado para as faculdades ditas profissionalizantes, as escolas de segundo grau, os cursinhos e os vestibulares passaram a descuidar da formação e informação científicas e humanísticas, fazendo chegar à universidade estudantes sem os conhecimentos mínimos nas próprias áreas de estudo de sua escolha.

Simultaneamente a esse processo, um outro ocorreu. Internamente à universidade pública, surgiram fundações e institutos com financiamento público e privado, autônomos, sem vínculo orgânico com a universidade, voltados para serviços, assessorias, consultorias e encomendas das empresas públicas e privadas, provocando, em primeiro lugar, o desequilíbrio e a desigualdade salarial no corpo docente e facilitando, por seu prestígio, o arrocho salarial dos que não possuíam *know how* capaz de interessar às empresas; e, em segundo lugar, criando a mitologia de que o volume impressionante de recursos materiais (financeiros e de infraestrutura) que possuíam decorria da competência intelectual de seus supostos pesquisadores e da essencialidade de seus serviços.

O importante, nessa segunda etapa, foi o efeito da grande crise mundial do capitalismo, conhecida como "crise do petróleo", que, no caso do Brasil, determinou o fracasso do "milagre" e do projeto "Brasil Grande". Essa crise lançou a economia capitalista num beco sem saída do qual só iria sair com o advento do neoliberalismo.

Entre o momento da crise e o da chegada do projeto neoliberal, o prestígio da ciência econômica ficou abalado, sendo substituído por um verdadeiro *boom* das ciências sociais que se encontravam teoricamente preparadas para interpretar e explicar a presença de novos sujeitos sociais e políticos e a aparição de novas modalidades de sociabilidade no Brasil. É o momento em que, desprestigiadas na universidade (em decorrência do quadro acima descrito), as ciências sociais e a história ganham prestígio nos centros e institutos de pesquisa externos à universidade.

A década de 1984-94 vê, no Brasil, o sucesso da proposta neoliberal, ainda que seus desastres sociais e culturais tenham sido apontados na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, no México.

Um primeiro fenômeno interessante, pelo menos no caso das Humanas, é a proposta de aplicar à universidade pública um modelo usado pelos centros e institutos de pesquisa privados, criados entre 1974 e 1984 por professores cassados pela ditadura. Os membros desses centros e institutos passaram a uma atitude acusatória face à universidade pública: justamente os que foram excluídos da universidade, ou voluntariamente preferiam trabalhar nos institutos e centros externos, foram exatamente os mesmos que declararam a falência universitária (particularmente a das Humanas), as atividades aqui realizadas passando a ser consideradas como improdutivas, corporativas, rotineiras, irrelevantes. Em outras palavras, fazendo tábula rasa do que a ditadura fizera com a universidade pública e da energia despendida por nós na resistência a ela, dando prova de estranha amnésia quanto ao processo que reduziu a universidade aos padrões da burocracia e, sobretudo, esquecendo-se de que éramos nós, como docentes, que oferecíamos a tais institutos e centros os novos pesquisadores (estudantes formados por nós), bem como os leitores de suas publicações e os participantes de seus debates, além de sermos os difusores de suas pesquisas em nossos cursos, os críticos se propuseram a "avaliar" a universidade segundo os padrões de trabalho de seus institutos e centros privados, isto é, de instituições que não realizam o trabalho de docência nem são bloqueadas por micro e macro poderes burocráticos nem pelas mudanças políticas dos governos.

Simultaneamente, a crítica à universida-

de pública vai sendo feita, não pela mera acusação abstrata, mas pelas condições materiais da sociedade brasileira, isto é, sua entrada na chamada "acumulação flexível do capital" (na linguagem da esquerda) ou na "desregulação econômica" (na linguagem da direita), e pela adoção da ideologia neoliberal ou da "universidade de resultados", cujo modelo e padrão são dados pelas empresas de serviços.

Os acusadores e os neoliberais juntam suas vozes para propor-nos a salvação. Esta aparece numa palavrinha mágica: *modernização.*

O que é a modernização proposta? Pode ser resumida a três pontos:

1. escolarizar definitivamente a graduação, destinada a formar professores do segundo grau;

2. afunilar a pós-graduação para preparar pesquisadores cujo desempenho os habilitará a participar de núcleos, institutos e centros de excelência na USP, ou fora dela;

3. estabelecer vínculos orgânicos com empresas estatais e privadas para financiamento das grandes pesquisas a serem realizadas nos institutos, núcleos e centros de excelência.

"Modernizar" é criar a "universidade de serviços", baseada na docência e pesquisa "de resultados". A salvação modernizante consiste em levar a idéia e a prática da privatização do público às suas últimas conseqüências, pois as pesquisas não serão privatizadas apenas pelo financiamento, mas porque serão reduzidas a serviços encomendados cujos critérios, objetivos, padrões, prazos e usos não serão definidos pelos próprios pesquisadores, mas pelos financiadores.

O que é fantástico nessa modernização é seu arcaísmo.

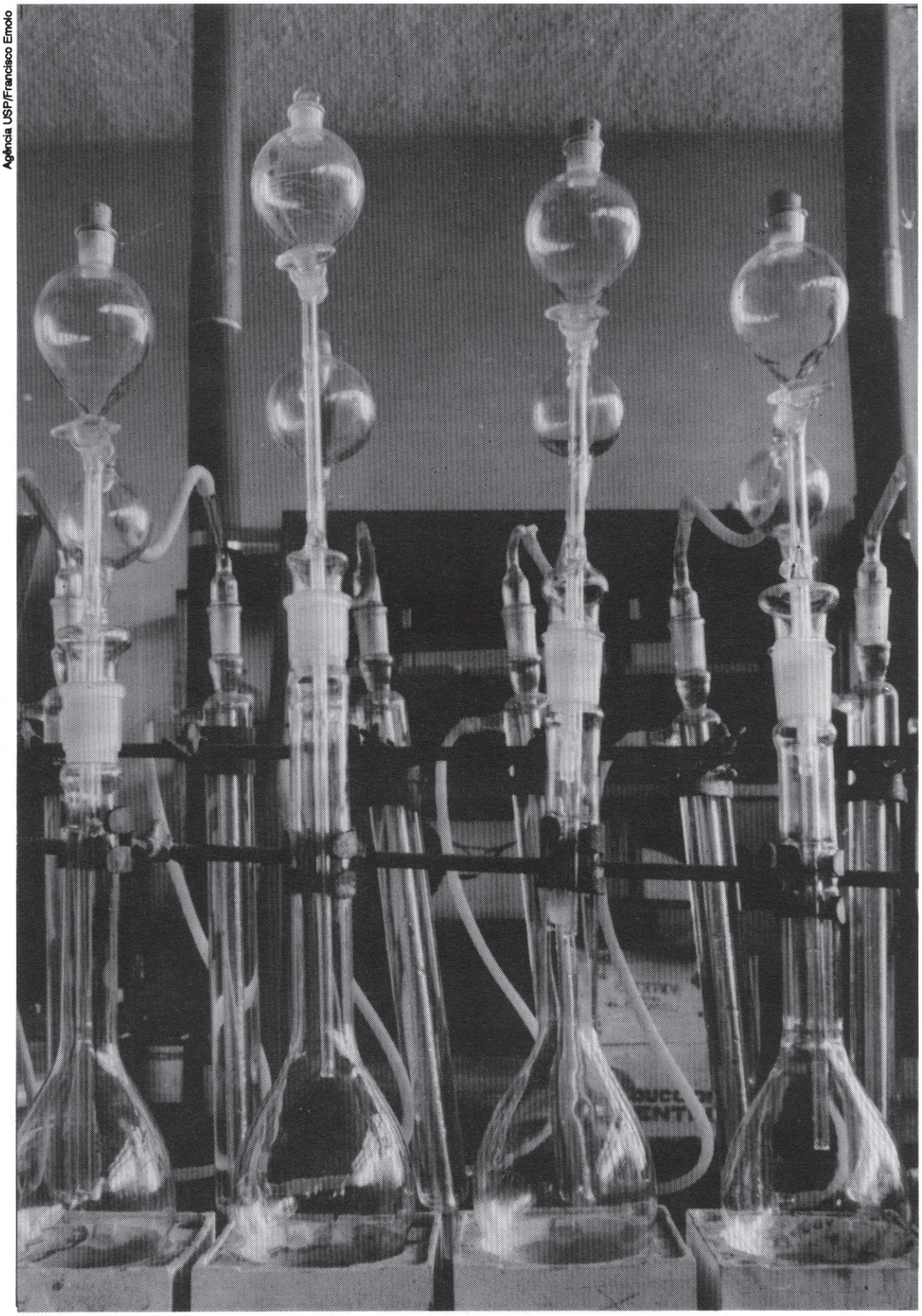
Um primeiro arcaísmo está em trazer de volta, de modo inteiramente laicizado, o ideal que presidiu, de modo sacralizado, a criação da universidade medieval. De fato, a universidade medieval criou um sistema de ensino organizado e duradouro, garantindo, sem dúvida, a transmissão e a transformação dos conhecimentos graças a métodos pedagógicos definidos e a procedimentos definidos de conhecimento e transmissão do saber. Todavia, esse sistema estava submetido a uma verdade e a um saber transcendentes, externos a ela, dos quais a Igreja era senhora absoluta. Foi contra essa heteronomia do saber e em favor da autonomia dos conhecimentos que surgiu, desde 1789, a universidade pública. Ora, a universidade "modernizada" que está sendo proposta também é capaz de organizar racionalmente métodos e técnicas de ensino e pesquisa, "agilizar" a estrutura administrativa, tornar "mais leves" as instituições por seu desmembramento em unidades cada vez menores, mas sua produção estará submetida a uma transcendência profana, a um saber mais alto que lhe é exterior e ao qual prestará serviços: o mercado. A salvação modernizante nos oferece o fetichismo da mercadoria no lugar da alienação religiosa, mantendo o princípio desta última: a heteronomia dos conhecimentos.

Não menos arcaico é o fato de que essa pretensa modernização, sem que o saiba ou se lembre, traz de volta uma das mais antigas concepções do que, outrora, chamava-se "trabalho servil", isto é, uma atividade que tem como figura determinante o usuário que encomendou o serviço, enquanto a ação produtora propriamente dita é considerada apenas a executante de uma rotina adquirida cuja finalidade e sentido lhe escapam. Novamente, repõe-se a heteronomia.

Igualmente arcaico é o reaparecimento do mecenato. Se, durante os séculos XV a XVII, este foi fundamental para liberar as Humanidades e as Artes do poderio eclesiástico, foi somente com sua desaparição que se tornou possível o surgimento, este sim moderno, da dimensão pública dos conhecimentos. A única diferença entre o antigo e o novo mecenas está no fato de que o primeiro patrocinava saberes e artes em vista de prestígio, enquanto o segundo, em decorrência da transformação dos conhecimentos em forças econômicas produtivas, financia-os em vista do poder.

Dessa maneira, modernizar neoliberalmente (isto é, privatizar e terceirizar) a universidade significa simplesmente destruir o mais moderno dos valores conquistados pelas ciências e humanidades: o trabalho autônomo ou a autonomia criadora. E significa também destruir uma das conquistas democráticas mais importantes da modernidade: a dimensão pública da pesquisa, tanto em sua realização quanto em sua destinação.

Que o modo de produção capitalista sempre operou contraditoriamente com essa



Agência USP/Francisco Emolo

autonomia e essa publicidade do saber e da instituição acadêmica, ninguém ignora, pois ninguém ignora a redução capitalista de tudo quanto existe à condição de mercadoria. Porém, o que vemos agora é a solução da contradição não pela negação-da-negação da autonomia e da publicidade, mas pela supressão de um dos termos da contradição, graças à identificação da universidade com o setor privado da economia e com o movimento do capital.

A modernização proposta é arcaica porque recoloca em cena a antiga separação entre o criador-produtor-autor e o usuário, este último posto como *telos* e destinatário de um trabalho que não é apenas encomendado por ele, mas também julgado e avaliado por ele, de maneira que o usuário-destinatário é posto como portador do saber sobre o trabalho executado pelo mero produtor. Em suma, o arcaísmo encontra-se na reposição da ideologia aristocrático-oligárquica que fazia do usuário-destinatário a causa e o fim da atividade produtora e que tinha como contraponto necessário a distinção entre trabalho e saber, ou a afirmação da dignidade do conhecimento como pura contemplação desinteressada.

No entanto, sob o aparente arcaísmo, encontra-se a plena atualidade dessa visão de uma universidade de serviços e resultados. De fato, uma das principais determinações do capitalismo contemporâneo é a diminuição da acumulação do capital enquanto produtor de valor, ou, em outras palavras, a diminuição da esfera da produção e o crescimento do setor terciário ou de serviços da economia. Ora, o crescimento desse setor faz pensar que a universidade insere-se socialmente como prestadora de serviços de ensino e pesquisa. E, na esfera terciária, o usuário-consumidor de serviços é juiz soberano.

Além disso, aquela diminuição do setor produtivo tem como contrapartida o crescimento, na esfera da produção, de um outro tipo de força produtiva: a informação. Dessa maneira, as ciências e as técnicas passam a fazer parte interna da economia, tornando-se forças produtivas enquanto produtoras de informação. O laço prendendo ciências e mercado aperta-se e parece já não poder ser desatado.

Uma outra determinação do capitalismo contemporâneo, decorrente da anterior, é a ausência de necessidade de incorporar novas levas de mão-de-obra à produção, de sorte que a incorporação dos indivíduos à sociedade não se faz pelo trabalho produtivo, mas pelo consumo, de um lado, e pelos serviços, de outro. Todavia, diversamente da antiga produção capitalista, que se realizava pelo crescimento e expansão do mercado de trabalho e inclusão crescente dos indivíduos à sociedade, a nova forma da acumulação do capital realiza-se por exclusão e expressão crescente dos indivíduos, grupos e classes sociais. A ilusão neoliberal e a ilusão dos atuais modernizadores da universidade consistem em supor que as esferas dos serviços e do consumo são capazes de substituir a da produção, isto é, seriam capazes de crescimento indefinido e de incorporar toda a sociedade, esquecendo-se de que novas tecnologias e o novo modelo da acumulação não permitem tais resultados.

Assim, propor uma universidade de serviços é, sob dois aspectos, prepará-la para o fechamento, no sentido literal do termo. Em primeiro lugar, porque a terceirização opera por fragmentação e dispersão – o lucro aumenta graças a isto – de tal maneira que, gradualmente, o capital não precisará de universidades (como não precisa das grandes plantas industriais do modelo fordista), bastando-lhe centros de pesquisa altamente especializados, dispersos pelo planeta. Em segundo lugar, porque a nova forma de acumulação do capital é essencialmente excluidora e antidemocrática, de tal maneira que, gradualmente, não precisará da instituição escola-universidade pública como espaço de direitos da cidadania.

Com isso, entraríamos na última fase de nossa total inessencialidade, pois nossos serviços deixariam de ser necessários e indispensáveis. Os arautos da salvação modernizadora são, sem o saber, nossos coveiros, pois decretam:

1. o fim da autonomia na criação e transmissão de conhecimentos;

2. o fim da universidade pública como instituição, em geral, e como instituição democrática de garantia de direitos;

3. a submissão do trabalho docente e de pesquisa a padrões e finalidades externos, determinados pelas exigências do mercado;

4. a substituição da universidade por centros, núcleos e institutos de pesquisa diretamente subvencionados pelas empresas cujos critérios de seleção e admissão de estu-

dantes e pesquisadores serão a eficiência e a produtividade medidas não pelas exigências intrínsecas à produção de conhecimentos, mas por sua rentabilidade econômica.

Assim, resta-nos uma pergunta: deve a universidade pública gozar de autonomia acadêmica para definir suas atividades e o modo de realizá-las ou deve aceitar como critério satisfazer aos interesses do capital, batizados com o nome de *iniciativa privada*? Em outras palavras, é a universidade que, autonomamente, decide em que, como e quando relacionar-se com as empresas ou é o contrário?

Essa pergunta, evidentemente, pressupõe uma certa concepção da democracia. Se esta for considerada apenas como regime político baseado na lei e na alternância no governo, através da disputa de partidos políticos que representam interesses de grupos sociais com poderes desiguais, a resposta será diferente daquela que, além dos aspectos anteriores, considera a democracia uma forma geral da existência social baseada na criação, reconhecimento e garantia de direitos e deveres dos cidadãos. Neste segundo caso, a distinção fundamental se faz entre carência, privilégio, interesse e direito. Carências e privilégios são específicos e particulares; interesses são gerais para grupos e classes sociais diferentes; direitos são universais (ou porque são os mesmos para todos ou porque, sendo diferenciados, são universalmente conhecidos por todos como legítimos). Carências e privilégios não têm como generalizar-se em interesses nem universalizar-se em direitos (a satisfação das carências e a quebra de privilégios são pré-condição e não a finalidade da democracia); interesses particulares e de pequena generalidade social também não conseguem universalizar-se em direitos.

Numa democracia, portanto, a universidade pública volta-se para os direitos dos cidadãos e não para a satisfação de interesses, sejam estes os das corporações empresariais ou os das corporações universitárias. Isso exige que possua autonomia para decidir e realizar suas atividades, devendo prestar contas ao poder público e à sociedade. Os defensores da privatização universitária tomam a democracia pelo prisma dos interesses e da diferença entre os "bons" interesses das empresas e os "maus" interesses das corporações universitárias. Como se observa, tendem a desconsiderar que as empresas formam grandes corporações e possuem interesses corporativos (sobretudo no Brasil, onde as empresas são fortemente monopolizadas ou oligopolizadas). Ora, na esfera dos interesses, não há como saber por que, por exemplo, os interesses da Fiesp, Ciesp, Febraban, etc. seriam mais válidos e legítimos do que os da Adusp e do Sintusp.

Não se trata de sacralizar nem satanizar os interesses das corporações empresariais, nem os das corporações universitárias, mas de indagar se a discussão sobre a universidade pública democrática deve ser feita no campo dos interesses ou no dos direitos. Se no dos interesses é preciso provar por que uns são mais legítimos do que outros (e até agora, os defensores da privatização não nos mostraram isto); se no dos direitos, então a autonomia universitária é pré-condição para definir campos de interesses. E, como observamos anteriormente, é a própria idéia de autonomia universitária que está em perigo com a proposta de modernização privatizadora.

Resta ainda o tema freqüentemente posto em cena pelos defensores da privatização: privatizar melhora o desempenho universitário. Esta afirmação não foi cientificamente demonstrada, pois, até agora, os avaliadores do desempenho universitário não apresentaram um critério ou um conjunto de critérios sobre a excelência acadêmica enquanto acadêmica. As avaliações apresentam quadros comparativos do número de mestrados e doutorados, do número de publicações e de participação em congressos, mas não nos demonstraram, até o momento, os aspectos qualitativos desse desempenho das diferentes universidades públicas brasileiras, nem, muito menos, nos ofereceram quadros qualitativos de comparação entre trabalhos realizados apenas com financiamentos públicos e os realizados apenas com financiamentos privados. Essa ausência de prova e demonstração invalida qualquer pretensão de cientificidade das avaliações e corre o risco de transformá-las em mistificações, apesar da seriedade e boa intenção dos avaliadores. Mas, como diz o ditado popular, " de boas intenções, o inferno anda cheio".